

Corpo que gesta, escrita que floresce: maternidade e brincar livre na natureza

A body that gestates, writing that blossoms: motherhood and free play in nature

¹ Ananda Vieira dos Santos  

² Marilete Calegari Cardoso  

RESUMO

Este artigo discute os atravessamentos entre maternidade, produção científica e permanência acadêmica a partir da experiência de uma mestranda-mãe durante a construção de uma dissertação em Educação. Vinculado a uma pesquisa sobre o brincar livre em espaços de natureza em uma creche pública de Maracás-BA, o estudo busca compreender como a gestação atravessa os modos de pesquisar, escrever e permanecer na universidade. Metodologicamente, a investigação articula etnografia e autoetnografia em uma abordagem qualitativa, utilizando observação participante, diário de campo e registros das experiências vividas durante a gestação. As análises evidenciam que o brincar livre na natureza potencializa experiências de criação, imaginação e pertencimento das crianças. Ao mesmo tempo, revelam que a maternidade tensiona lógicas produtivistas da universidade, expondo desafios relacionados à permanência de mulheres-mães na pós-graduação. Conclui-se que produzir conhecimento durante a gestação amplia formas sensíveis, corporais e situadas de compreender a pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: maternidade. permanência acadêmica. brincar livre. natureza. autoetnografia.

ABSTRACT

This article discusses the intersections between motherhood, scientific production, and academic permanence based on the experience of a graduate student mother during the development of a Master's dissertation in Education. Linked to a research project on free play in natural spaces at a public daycare center in Maracás, Bahia, the study seeks to understand how pregnancy influences ways of researching, writing, and remaining at the university. Methodologically, the investigation combines ethnography and autoethnography within a qualitative approach, using participant observation, field notes, and records of lived experiences during pregnancy. The analyses show that free play in nature enhances children's experiences of creation, imagination, and belonging. At the same time, they reveal that motherhood challenges the productivist logic of the university, exposing difficulties related to the permanence of mother-students in graduate education. The study concludes that producing knowledge during pregnancy broadens sensitive, embodied, and situated ways of understanding academic research.

Keywords: motherhood. academic permanence. free play. nature. autoethnography.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UESB-Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UESB e Pesquisadora do GEPELINF/UESB, Vitória da Conquista – BA - Brasil.

2 Professora Titular do Departamento de Ciências Humanas e Letras – DCHL/UESB/ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) – PPGED/UESB e Pesquisadora Líder do GEPELINF/UESB/ Pesquisadora do GEPEL/UFBA, Vitória da Conquista – BA - Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Permanecer é estar e ser contínuo no fluxo do tempo, (trans)formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construtoras” (Santos, 2009, p. 68).

Entre leituras, orientações, escritas de capítulos e exigências acadêmicas da pós-graduação, também crescia um corpo que gestava vida. Durante o percurso do mestrado em educação, da qualificação à defesa da dissertação, a experiência da gravidez atravessou intensamente os processos de pesquisa, escrita acadêmica e permanência universitária, produzindo deslocamentos nos modos de perceber o tempo, o cuidado, o corpo e a própria produção de conhecimento. Em meio a isso, este artigo emerge da experiência simultânea de gestar e pesquisar, buscando refletir sobre os atravessamentos entre maternidade, escrita acadêmica e permanência na universidade.

A presença de mulheres-mães na educação superior tem provocado importantes debates acerca das relações de gênero, cuidado, produtividade e permanência acadêmica. Embora as políticas de democratização do acesso à graduação e à pós-graduação tenham ampliado a participação de diferentes grupos sociais na universidade, especialmente após a criação da Lei nº12.711/12, conhecida como “Lei de Cotas”, a experiência de estudantes mães na pós-graduação ainda é marcada por desafios estruturais, invisibilizações e sobrecargas cotidianas. Tais questões revelam que o acesso à universidade não garante, necessariamente, condições efetivas de permanência, especialmente para mulheres que vivenciam simultaneamente os processos de formação acadêmica e maternidade. Como afirmam Sousa e Arantes (2024, p. 4), “ainda é fato que mulheres-mães estão fora do sistema de ciência do Brasil”.

Pensar a presença de mulheres-mães na educação superior implica reconhecer que maternidade e produção científica são experiências atravessadas por dimensões históricas, sociais e institucionais. Historicamente, às mulheres foi atribuída a responsabilidade pelo cuidado e pela vida doméstica (Souza, 2019; Zanchetta et al., 2026), o que contribui para que a maternidade seja frequentemente percebida como incompatível com as exigências da vida acadêmica. Nessa perspectiva, Moura e Araújo (2004) destacam que a maternidade ultrapassa a dimensão biológica da reprodução, constituindo-se como prática social e cultural relacionada aos vínculos afetivos e ao cuidado.

Refletir sobre a maternidade no contexto universitário implica compreender que os corpos femininos são historicamente atravessados por normas, discursos e expectativas sociais construídas a partir das relações de gênero. Estudos como os de Nery e Brito (2023) e Zanchetta et al. (2026) evidenciam a persistência das desigualdades de gênero na contemporaneidade, particularmente diante das múltiplas formas de violência que continuam incidindo de maneira significativa sobre as mulheres. Nesse contexto, a presença do corpo grávido na universidade tensiona modelos institucionais e acadêmicos ainda orientados por ideais de produtividade, disponibilidade contínua e dedicação exclusiva às atividades profissionais e científicas.

Embora as mulheres tenham conquistado avanços importantes no acesso e na permanência na educação superior, persistem estruturas institucionais e culturais pouco sensíveis às especificidades da gestação, da maternidade e das demandas relacionadas ao cuidado, revelando os limites das políticas e práticas universitárias no reconhecimento da pluralidade das experiências femininas. Como destaca Silva (2020), a produtividade e o reconhecimento científico ainda permanecem fortemente associados a referências masculinas, fazendo com que a maternidade seja frequentemente percebida como obstáculo à trajetória acadêmica.

As reflexões apresentadas neste artigo foram produzidas durante a construção de uma dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), cujo objetivo consistiu em compreender as experiências das crianças com o brincar livre em espaços de natureza no contexto da educação infantil. Durante o percurso investigativo, realizado em uma creche pública no município de Maracás-BA, a experiência da gestação atravessou os modos de observar, registrar e interpretar o campo de pesquisa. Desse modo, enquanto as análises buscavam compreender as relações das crianças com os

Revista Práxis, v. 18, 1sup (2026): Germinando Ciência: Pesquisas de pessoas que gestaram (2022–2025)

ambientes naturais, os processos de transformação do corpo grávido também passaram a produzir deslocamentos sensíveis na experiência de pesquisar.

As discussões construídas ao longo da dissertação dialogam especialmente com estudos sobre infância, natureza e brincar livre, problematizando perspectivas escolarizantes que restringem as experiências infantis aos espaços fechados das salas de aula. Em contraposição a essas lógicas, o estudo reconhece a natureza como território legítimo de experiência, imaginação, criação e produção de sentidos para as crianças. Nessa direção, Tiriba (2018, p. 203) afirma que “desemparedar as crianças é permitir que elas estabeleçam relações vivas com o mundo natural”, compreendendo a natureza como dimensão constitutiva das experiências infantis.

Vivenciar a maternidade durante a construção da pesquisa ampliou reflexões sobre corpo, cuidado e permanência acadêmica. A gestação transformou os modos de viver a escrita e a pesquisa, evidenciando desafios enfrentados por estudantes mães e a necessidade de políticas institucionais mais sensíveis às suas especificidades. Embora a maternidade na academia seja uma questão mundial, seu reconhecimento pela comunidade acadêmica é recente (Staniscuaski et al., 2021), evidenciando também lacunas nos estudos sobre gestação, maternidade e permanência no ensino superior. Essas experiências precisam ser compreendidas considerando as diferentes condições sociais e necessidades que permeiam a vida acadêmica (Collins; Bilge, 2021). Além disso, a sobrecarga de cuidados (Lewis, 2021) e as dificuldades relacionadas à permanência das mães estudantes no ensino superior (Sousa, 2022) revelam obstáculos que ultrapassam as exigências acadêmicas, envolvendo também a necessidade de políticas públicas e práticas institucionais que considerem as especificidades dessas estudantes.

Embora estudos recentes tenham ampliado as discussões sobre maternidade, gênero e permanência acadêmica, ainda são pouco exploradas as experiências de mestrandas-mães durante a produção do conhecimento, especialmente quando a maternidade incide sobre o próprio processo investigativo. Também são escassos estudos que articulem essa experiência às pesquisas sobre infância e brincar livre na natureza.

É nesse espaço que este artigo se insere, buscando discutir como a gestação e a maternidade atravessam o corpo, a escrita, a observação e a permanência na pós-graduação. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo discutir os atravessamentos entre maternidade, produção científica e permanência acadêmica a partir da experiência de uma mestranda-mãe durante o processo de construção da dissertação. Metodologicamente, o estudo insere-se em uma abordagem qualitativa, de inspiração etnográfica e autoetnográfica.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: CORPO, EXPERIÊNCIA E PESQUISA SITUADA

Esta pesquisa insere-se no campo das abordagens qualitativas, compreendendo a produção do conhecimento como processo interpretativo e situado, atravessado pelas experiências dos sujeitos envolvidos na investigação. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 70), a pesquisa qualitativa “[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito”, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. O estudo foi desenvolvido entre 2024 e 2025, no contexto de uma dissertação de mestrado realizada em uma creche pública de Maracás-BA, com o objetivo de compreender as experiências das crianças com o brincar livre em espaços de natureza.

Metodologicamente, a investigação inspirou-se na abordagem etnográfica, buscando acompanhar o cotidiano das crianças, suas interações e relações com os espaços naturais da creche e da cidade. Conforme Geertz (2008), a etnografia implica interpretar os significados produzidos socialmente, enquanto Sarmento (2003) destaca a compreensão das experiências vividas pelos sujeitos em seus contextos. No campo das pesquisas com crianças, Corsaro (2011) reconhece-as como sujeitos ativos e produtores de cultura. O trabalho de campo ocorreu entre março e outubro de 2025, totalizando dezoito encontros com crianças de quatro e cinco anos. Para a produção dos dados, utilizaram-se observação participante, diário de campo, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas em formato de narrativas livres.

Nesse sentido, o estudo aproxima-se das perspectivas autoetnográficas discutidas por Carolyn Ellis (2004) e Heewon Chang (2008), ao reconhecer que experiências vividas pelo pesquisador também podem constituir importantes fontes de produção de conhecimento quando articuladas criticamente aos contextos sociais e culturais em que são produzidas. Conforme Ellis (2004), a escrita autoetnográfica possibilita compreender como experiências individuais revelam dimensões coletivas, sociais e institucionais mais amplas. Já Chang (2008) ressalta que a experiência pessoal, quando analisada criticamente, permite compreender relações culturais, estruturas sociais e modos de funcionamento das instituições.

À vista disso, a experiência da maternidade durante o mestrado não foi compreendida apenas como dimensão privada da vida da pesquisadora, mas como experiência atravessada por questões sociais, acadêmicas e de gênero que revelam desafios da permanência universitária de mulheres-mães. O corpo grávido constituiu-se como presença no campo investigativo, produzindo deslocamentos nos modos de observar as crianças, interpretar as experiências vividas e construir a escrita acadêmica. Essa compreensão dialoga com a perspectiva de Haraway (2019), ao considerar que a produção do conhecimento é marcada pelas experiências corporais, históricas e sociais de quem pesquisa, rompendo com dicotomias que separam corpo e mente, natureza e cultura, público e privado.

Nessa direção, a gestação passou a integrar a própria construção da pesquisa, influenciando os modos de escuta, percepção e interpretação do campo. À luz de Butler (2015), o corpo grávido da pesquisadora no espaço acadêmico tensiona normas de gênero e modelos institucionais pautados pela produtividade, racionalidade e disponibilidade contínua, evidenciando as tensões entre as exigências da pós-graduação e as experiências da maternidade. Durante o trabalho de campo, acompanhar as crianças em suas relações com a terra, a água, as árvores e os espaços externos da cidade produziu aproximações sensíveis com a própria experiência da gestação. Pesquisar e gestar deixaram de constituir experiências separadas e passaram a dialogar continuamente ao longo da investigação.

Por conseguinte, os caminhos metodológicos deste estudo sustentam-se na compreensão de que produzir conhecimento não significa neutralizar a subjetividade, mas reconhecê-la como parte constitutiva da pesquisa. Desse modo, etnografia, experiência situada e reflexividade tornaram-se dimensões centrais para compreender tanto as experiências das crianças com o brincar livre em espaços de natureza quanto os atravessamentos da maternidade na produção científica e na permanência acadêmica. Esta pesquisa foi desenvolvida em conformidade com os princípios éticos que orientam as pesquisas envolvendo seres humanos, respeitando as diretrizes da Declaração de Helsinki e da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob CAAE nº 84098924.4.0000.0055, sendo assegurados o sigilo das informações, a preservação da identidade dos participantes e o respeito aos princípios éticos da pesquisa.

2. 1 Infâncias, natureza e brincar livre: experiências sensíveis no campo investigativo

As experiências produzidas no campo investigativo evidenciaram que o brincar livre em espaços de natureza constitui dimensão fundamental das vivências infantis, mobilizando corpo, imaginação, curiosidade e produção de sentidos. Mais do que atividade complementar na educação infantil, o brincar revelou-se experiência de criação, investigação e pertencimento, permitindo relações sensíveis com os espaços, com a natureza e com os outros sujeitos. As discussões dialogam com Tiriba (2025; 2023), ao problematizar o “emparedamento da infância” nas instituições educativas, marcado por rotinas rígidas e restrição das experiências das crianças aos espaços fechados. Nessa perspectiva, reconhecer a natureza como território educativo implica compreender que as aprendizagens também acontecem por meio do corpo, da experiência sensível e das interações nos ambientes externos.

Durante o trabalho de campo, tornou-se recorrente o desejo das crianças de permanecer mais tempo nos espaços externos da creche, revelando tensões entre os tempos institucionais da escola e os tempos vividos nas

Revista Práxis, v. 18, 1sup (2026): Germinando Ciência: Pesquisas de pessoas que gestaram (2022–2025)

experiências de brincar. Essas manifestações evidenciam que o brincar livre ainda ocupa lugar secundário nas práticas pedagógicas, frequentemente condicionado por horários reduzidos e lógicas organizacionais produtivistas. Nesse sentido, as observações corroboram as reflexões de Tiriba e Profice (2023), ao apontarem que a escola muitas vezes reproduz modelos que desvalorizam o tempo livre e as experiências corporais ao ar livre.

Em uma das cenas registradas no diário de campo, duas crianças observavam atentamente a água escorrendo sobre a areia após uma pequena chuva. Enquanto acompanhavam o percurso do fio de água, uma delas afirmou: “Daqui a pouco vai nascer um rio aqui”. A cena evidencia como o brincar livre mobiliza imaginação, interpretação e criação de hipóteses sobre o ambiente vivido. A partir disso, Piorski (2016) afirma que os elementos da natureza habitam profundamente a imaginação infantil, constituindo experiências simbólicas, sensíveis e criadoras que ultrapassam a dimensão utilitária dos objetos e espaços.

As experiências corporais observadas ao longo da pesquisa evidenciaram que a natureza favorece relações mais livres e autônomas com o corpo, diferentemente dos espaços internos da sala de aula, marcados por maior controle e contenção corporal. Nessa direção, Tiriba (2025, p. 12) elucida que o livre brincar-pesquisar possibilita “bons encontros, das crianças entre si e com a natureza”, favorecendo os sentidos do corpo, a imaginação, a liberdade de expressão e de escolha. Nesse sentido, os espaços naturais podem ampliar as experiências de liberdade e descoberta, rompendo com formas de escolarização que limitam o contato das crianças com a natureza. Além disso, as experiências realizadas no parque dos eucaliptos, em Maracás-BA, ampliaram as possibilidades do brincar infantil, permitindo maior circulação e liberdade corporal.

Essas vivências dialogam com Friedmann (2020), ao compreender que os processos educativos também acontecem nos quintais, praças, ruas, parques e territórios da cidade. Os espaços naturais observados ao longo da pesquisa mostraram-se potentes para experiências sensíveis, imaginativas e coletivas, ampliando o pertencimento das crianças aos territórios que habitam. As experiências investigadas evidenciaram que o brincar livre em espaços de natureza favorece processos de criação, autonomia e imaginação, permitindo que as crianças formassem elementos naturais em possibilidades de invenção e descoberta. Nesse cenário, o brincar livre pode ser compreendido como direito das crianças e dimensão fundamental das experiências infantis. Como afirmam Tiriba, Santos e Schaefer (2023, p. 14), “perceber-se livre na natureza do brincar é entrar em contato com seu próprio corpo”.

A isso se somam as experiências observadas no campo investigativo, que produziram deslocamentos nos modos de olhar da própria pesquisadora. Acompanhar as crianças em suas relações com a natureza enquanto vivenciava a gestação ampliou as reflexões sobre corpo, cuidado e transformação. Os movimentos das crianças nos espaços externos e suas descobertas na natureza mobilizavam sensibilidades relacionadas aos próprios processos de gestar e habitar um corpo em transformação. À vista disso, infância, natureza e maternidade aproximaram-se ao longo da pesquisa, produzindo modos mais sensíveis de escuta, observação e presença no campo investigativo.

2.2 Corpo grávido, escrita acadêmica e permanência: experiências de uma mestranda-mãe

A experiência da maternidade durante a pós-graduação evidenciou que a produção científica não se desvincula das condições concretas de vida de quem pesquisa. Ao longo desta investigação, o corpo grávido atravessou os processos de escrita, observação e permanência acadêmica, produzindo reflexões sobre tempo, cuidado e produtividade. À luz dessas discussões, a gestação constituiu-se como dimensão integrante da experiência acadêmica, tensionando modelos universitários marcados por lógicas produtivistas e por referências históricas masculinas de ciência e trabalho intelectual. Conforme Bianchetti e Sguissardi (2017), a universidade contemporânea é fortemente marcada por práticas centradas no desempenho e na produtividade constante, desconsiderando, muitas vezes, experiências relacionadas ao cuidado e à maternidade.

As contribuições de Judith Butler (2015) permitem compreender como os corpos são atravessados por normas sociais e expectativas historicamente construídas. Nessa perspectiva, a maternidade pode ser compreendida como uma experiência permeada por relações sociais que influenciam a forma como os corpos são reconhecidos e ocupam diferentes espaços, inclusive os institucionais. Portanto, a maternidade no contexto acadêmico evidencia tensões entre as demandas do corpo, do cuidado e das normas que regulam a permanência das mulheres na universidade.

As tensões entre maternidade e vida acadêmica também revelam desigualdades de gênero presentes na organização institucional da universidade. Como afirma Keller (2006), mulheres cientistas frequentemente enfrentam pressões para demonstrar legitimidade intelectual em espaços historicamente masculinizados, sendo levadas, muitas vezes, a ocultar dimensões da vida pessoal consideradas incompatíveis com a ideia de produtividade científica. Nessa direção, Velho (2006, p. 15) destaca que muitas mulheres vivenciam uma “consciência duplamente culposa”: por não conseguirem dedicar-se integralmente à maternidade e, ao mesmo tempo, não alcançarem os níveis de produtividade esperados pela academia.

A experiência da mestrand-a-mãe revela justamente os atravessamentos entre essas diferentes exigências sociais e institucionais. Durante o percurso da pesquisa, essas tensões manifestaram-se no cotidiano da pós-graduação, em que a escrita acadêmica passou a coexistir com consultas médicas, alterações físicas, cansaço e reorganizações constantes da rotina. Produzir uma dissertação de mestrado durante a gestação significou negociar continuamente as exigências acadêmicas com as transformações corporais e emocionais da maternidade, fazendo da permanência universitária também uma forma de resistência diante de estruturas pouco sensíveis ao cuidado e à gestação. Ao mesmo tempo, a maternidade produziu deslocamentos nos modos de viver a pesquisa, e o corpo grávido passou a constituir presença epistemológica no campo investigativo. Durante as observações na creche e nos espaços naturais de Maracás-BA, as crianças percebiam as transformações do corpo da pesquisadora e estabeleciam aproximações marcadas por curiosidade, cuidado e afeto, como registrado no diário de campo:

Enquanto observava as crianças brincando no quintal, uma delas se aproximou, colocou a mão sobre minha barriga e perguntou: ‘Tem um neném aí dentro mesmo?’. Antes que eu respondesse, outra criança completou: ‘A pró vai cuidar de um bebê e não vai vim mais’. As crianças riram e continuaram ao meu redor, fazendo perguntas sobre o bebê. (Diário de campo, outubro de 2025).

As experiências vividas no campo investigativo evidenciaram que o corpo grávido da pesquisadora passou a integrar as relações construídas com as crianças, deixando de ocupar apenas o lugar tradicional de observadora. Em um dos registros do diário de campo, durante uma atividade no espaço externo, uma criança perguntou: “Seu bebê brinca aqui dentro também?”, enquanto outra aproximava o ouvido da barriga, tentando “escutar o neném” (Diário de campo, agosto de 2025). Essas experiências revelam que as crianças percebiam a gestação como presença viva no cotidiano da pesquisa, aproximando-se do corpo da pesquisadora com curiosidade, afeto e cuidado. Essa compreensão articula-se à noção de conhecimentos situados proposta por Donna Haraway (2019), ao defender que todo conhecimento é produzido a partir de posições corporais, históricas e sociais específicas. Nessa perspectiva, o corpo da pesquisadora é compreendido como dimensão constitutiva da produção do conhecimento.

As contribuições da autoetnografia, especialmente em Ellis (2004) e Chang (2008), também possibilitam compreender que experiências pessoais podem revelar dimensões coletivas e estruturais mais amplas. A partir disso, refletir sobre a experiência de uma mestrand-a-mãe significa problematizar os modos como gênero, maternidade, corpo e produtividade atravessam a universidade contemporânea.

A experiência vivida pela pesquisadora evidencia questões compartilhadas por muitas mulheres que tentam sustentar simultaneamente a formação acadêmica, a produção científica e o cuidado. Além disso, a escrita acadêmica também se transformou ao longo desse percurso. Escrever durante a gestação implicou experienciar pausas, limites físicos, vulnerabilidades e deslocamentos emocionais que tensionavam os modos tradicionais

Revista Práxis, v. 18, 1sup (2026): Germinando Ciência: Pesquisas de pessoas que gestaram (2022–2025)

de compreender a produtividade intelectual. Como afirma Ono (2017), escrever é também tornar-se “público, visível e vulnerável”, reconhecendo que a produção do texto acadêmico não se separa das experiências afetivas e corporais de quem escreve.

A experiência de ser mãe pesquisadora dialoga com Mendes e Mendonça (2021, p. 29), ao afirmarem que “uma boa pesquisa é impulsionada por paixão e compromisso”, revelando que a produção científica também é constituída pelas experiências concretas da vida cotidiana. Ao longo da investigação, tornou-se possível compreender que permanecer na universidade durante a maternidade significou sustentar simultaneamente a pesquisa, a escrita e as transformações produzidas pela gestação, em um contexto ainda pouco preparado para acolher estudantes mães. Consequentemente, a experiência da mestrandia-mãe evidencia a necessidade de políticas institucionais mais sensíveis às relações entre maternidade, cuidado e permanência acadêmica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se encerra, ainda que provisoriamente, reconhecendo que a permanência na pesquisa é marcada por deslocamentos, transformações e aprendizagens produzidas no próprio ato de investigar. Trata-se, portanto, de uma pausa reflexiva diante de um percurso que permanece em construção. As análises desenvolvidas ao longo da dissertação permitiram compreender que o brincar livre em espaços de natureza constitui uma experiência fundamental na educação infantil, mobilizando o corpo, a imaginação, a sensibilidade e a produção de sentidos pelas crianças.

Nos contextos investigados, especialmente na creche e nos espaços externos do município de Maracás (BA), observou-se o desejo recorrente das crianças de estar ao ar livre, inventando narrativas e estabelecendo relações sensíveis com o mundo. Entretanto, os resultados também evidenciaram limites institucionais relacionados à organização dos tempos e espaços destinados ao brincar. Diante disso, torna-se necessário tensionar práticas que restringem o contato das crianças com a natureza e reduzem suas possibilidades de movimento, investigação e criação.

Os espaços naturais da cidade, como o parque dos eucaliptos, mostraram-se territórios potentes para o brincar, favorecendo a liberdade corporal, a imaginação e as aprendizagens construídas na relação direta com o ambiente. A investigação também foi atravessada pela experiência da gestação, produzindo deslocamentos nos modos de olhar, escutar e estar no campo. Permanecer na pós-graduação significou conciliar a investigação com as transformações do próprio corpo, evidenciando desafios vivenciados por mulheres-mães na academia.

Nesse percurso, identificou-se ainda uma lacuna de estudos que abordem especificamente as experiências da gestação e da maternidade no contexto acadêmico, sobretudo em relação à permanência, ao cuidado e às condições de desenvolvimento da pesquisa. Conclui-se então, que este artigo busca contribuir para essa discussão, destacando a importância de contextos universitários mais sensíveis às demandas de cuidado e às diferentes experiências de permanência. Por ora, ampliar o contato das crianças com a natureza exige tempos mais longos, espaços mais abertos e práticas pedagógicas flexíveis. Do mesmo modo, é necessário construir condições mais justas para a permanência de mulheres-mães na universidade, reconhecendo que pesquisa, cuidado e vida estão profundamente entrelaçados. Mais do que encerrar os sentidos produzidos ao longo deste percurso, estas considerações apontam para a continuidade das reflexões sobre infância, natureza, maternidade e formação humana.

4 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS:

- BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à commoditycidade ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado**. Campinas: Mercado das Letras, 2017.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam/Bodies that matter**. Tradução de Magda Guadalupe dos Santos e Sérgio Murilo Rodrigues. Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 12-16, 2015.
- CHANG, Heewon. **Autoethnography as method**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008.
- COLLINS, Patricia. Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CORSARO, William. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- ELLIS, Carolyn. **The ethnographic I: a methodological novel about autoethnography**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.
- FRIEDMANN, Adriana. **A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias**. São Paulo: Panda Books, 2020.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008
- HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-210
- KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006.
- LEWIS, Dyani. The COVID **pandemic has harmed researcher productivity – and mental health**. Nature, 9 nov. 2021.
- MENDES, Maria Elizabeth; MENDONÇA, Maria de. Entrevista: dra. Andrea O’Reilly e a **perspectiva da maternidade**. *Ártemis*, João Pessoa, v. 31. n. 1. jan./jun., 2021, p. 23-34.
- MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima **A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos**. In: **PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2004, 24 (1), 44-55.
- NERY, Carmen.; BRITO, Vinicius. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheresdedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aosafazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas> . Acesso em: 01 set. 2026.
- ONO, Fabrício Tetsuya Parreira. **A formação do formador de professores: uma pesquisa autoetnográfica na área de língua inglesa**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês). Universidade de São Paulo, 2017.
- PIORSKI, Gandhi. **Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário e o brincar**. São Paulo: Peirópolis, 2016.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- Revista Práxis, v. 18, 1sup (2026): Germinando Ciência: Pesquisas de pessoas que gestaram (2022–2025)

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas:** a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O Estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, N. et al. **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. cap.2, p.137-179.

SILVA, Juliana Marcia Santos. **Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional.** 2020. 150 f.. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SOUZA, Luana Fontel. **Mães na universidade: performances discursivas interseccionais na graduação.** 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

SOUSA, Maria Eduarda de.. **A maternidade na vida acadêmica:** dificuldades para a permanência de mães estudantes universitárias no contexto da UESPI/Oeiras. 2025. 27 f. Artigo (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual do Piauí, Oeiras, 2026. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/handle/tede/3954>. Acesso em: 5 set. 2026.

SOUSA, Thaiz Suelem Soares de; ARANTES, Maria do Socorro da Silva. Políticas de acesso e permanência de mulheres mães no sistema de pós-graduação na UFPI (Brasil). **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 9, n. 6, p. e249648, 2024. DOI: 10.52641/cadcajv9i6.779.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

STANISCUASKI, Fernanda. (2021) Gender, **Race and Parenthood Impact Academic Productivity During the COVID-19 Pandemic: From Survey to Action.** *Front. Psychol.* 12:663252. doi: 10.3389/fpsyg.2021.663252

TIRIBA, Léa. **Educação Infantil como Direito e Alegria:** em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

TIRIBA, Léa; SANTOS, Zemilda do Carmo Weber do Nascimento dos; SCHAEFER, Kátia Almeida Bizzo . Na contramão da BNCC: do do emparedamento colonizador ao livre brincar. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e86018, 2023.

TIRIBA, Léa; PROFICE, Christiana Cabicieri. **Desemparedar infâncias:** contra colonialidades para reencontrar a vida. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 56, maio/ago. 2023.

TIRIBA, Lea. Emparedamento escolar e injustiça ambiental: onde brincam as crianças? **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/67261>. Acesso em: 5 set. 2026.

VELHO, Léa. Prefácio. In: SANTOS, Luciana Whitaker dos; ICHIKAWA, Elisa Yumi; CARGANO, Denise Fonseca (Org.). **Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento.** Londrina: IAPAR, 2006. p. xiii–xviii.

ZANCHETTA, A. A. et al. **Breve Histórico das Relações de Gênero no Brasil.** *Revista Tópicos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 29, p. 1-16, 2026. ISSN: 2965-6672. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/generate/pdf zenodo/pub_18323531.pdf. Acesso em: 01 set. 2026